





U ELREI Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: Que tendo Determinado no Alvará de seis de Maio de mil oitocentos e nove em Declaração do outro de dez de Maio de mil oitocentos e oito, que os Aggravos ordinarios, e Appelações das Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo se interpo-

zessem para a Caza da Supplicação de Lisboa pela maior, mais breve, e facil communicação, que com esta Cidade tem os referidos Portos, a fim de que os Meus Fieis Vassallos, habitadores destas partes dos Meus Estados, tenhão mais commoda, e prompta decizão de seus pleitos, por serem mais curtas, e frequentes as viagens para Lisboa; e Considerando que os mesmos motivos se verificão nos negocios, cuja expedição pertence aos Meus Tribunaes, fazendo-se muito moroza a sua decizão nos desta Corte pela falta de Embarcações, e pela tardança das informações, e outras diligencias, a que convem proceder primeiro que se decidão a final: Sou Servido, para remediar estes inconvenientes Determinar, que daqui em diante todos os negocios dos habitantes das referidas Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo, cuja decizão pertence aos Meus Tribunaes, se decidão nos de Lisboa, ficando porém para se ultimarem nos desta Côrte os que nelles tiverão principio, e estão correndo; entendendo-se nesta conformidade todos os Alvarás, que os crearão, e estabelecerão.

Pelo que: Mando a todos os Tribunaes do Reino-Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, Ministros de Justiça, e mais pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumprão, e guardem, não obstante quaesquer Leis, ou Disposições em contrario; e valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação, que outra couza determina. Dado no Palacio do Rio de Janeiro aos cinco de Julho de mil oitocentos e dezeseis.

REI

Marguez, de Aquiar.

Lvará com força de Lei, pelo qual Vossa Magestade Ha por bem ordenar, que os negocios dos habitantes das Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo, cuja expedição pertence aos Tribunaes, se decidão nos da Cidade de Lisboa; ficando porém os que estiverem correndo pertencendo aos desta Côrte, para nelles se terminarem, na forma acima exposta.

Para Vossa Magestade ver.

João Baptista de Alvarenga Pimentel o fez.

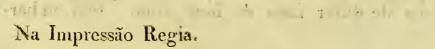
Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro II. de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a fol. 100. Rio de Janeiro em vinte de Julho de mil oitocentos e dezeseis.

was the property of the state o

- 34 the experience of any or being some or again

emple to be of a first or a light of the والمرافي المرافي المرافي المرافق المرا . Hair to a constant of the co

Manoel Correa Picanço.



The great and it is

tratification of

